



Ministério da Educação

ATA DE REUNIÃO

ATA de reunião realizada em 11 de março de dois mil e vinte e dois, às 10h, por meio do aplicativo Microsoft Teams, com a presença dos membros citados abaixo, além de Luiz Alberto Rocha de Lira, Coordenador-Geral de Programas e Cursos em Ensino a Distância da CAPES, entre outros:

- MEC: João Carlos Gonçalves Barreto, Diretor de Programa da Secretaria-Executiva; Dilermando José da Silva, Diretor de Programa da Secretaria-Executiva; Borba David Coimbra, Gerente de Projeto da Secretaria-Executiva; Jaqueline Ribeiro Silva, Gerente de Projeto da Secretaria-Executiva; Felipe Campos de Oliveira, Chefe de Gabinete da Secretaria de Educação Básica; Jessica Trigo Da Fonseca, Gerente de Projeto da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica; Eduardo Gomes Salgado, Secretário-Adjunto da Secretaria de Educação Superior (SESU); André Luiz Valente Mayrink, Coordenador-Geral de Suporte à Gestão Orçamentária, da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO);
- Ebserh: Elizabeth Queiroz, Coordenadora de Gestão da Atenção Hospitalar;
- INEP: Valdeci Alves de Oliveira, Chefe de Gabinete;
- UNDIMÉ: Marcelo Ferreira da Costa, Vice-Presidente; Vanelle Oliveira, Departamento de Comunicação;
- ANDIFES: Gustavo Henrique de Sousa, Secretário-Executivo;
- CNE: Suely Melo de Castro Menezes, Presidente da Câmara de Educação Básica;
- CONSED: Nilce Rosa da Costa, Secretária-Executiva;
- CONIF: Luciana Massukado, Conselheira;
- CONASEMS: Marcela Alvarenga, Assessora Técnica;
- CONASS: Fernando Avendanho; Assessor Técnico e
- Ministério da Saúde: Ana Karolina Barreto Berselli Marinho, Coordenadora da Câmara Técnica - Assessora em Imunizações; Caroline Elizabeth Brero Valero, Diretora de Programa da Secretaria Extraordinária de Enfrentamento à Covid-19 (SECOVID).

Reuniram-se os participantes para tratar de assuntos relacionados ao Comitê Operativo de Emergência (COE) do Ministério da Educação, sob a Coordenação do senhor João Carlos Gonçalves Barreto, Diretor de Programa da Secretaria-Executiva. Os trabalhos foram iniciados pelo Diretor João Barreto, que deu início à reunião e confirmou a presença de todos os

integrantes. Ato contínuo, o Diretor João Barreto informou que a pauta da reunião do COE, desta data, é relativa à demanda da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), especificamente no tocante ao convite aos representantes do Ministério da Saúde, do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONAS) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), para discussão sobre eventual articulação nacional do processo de vacinação de crianças de 5 a 11 anos. Com vistas a contextualizar a demanda, o Diretor João Barreto destacou que o objetivo do Comitê Operativo Emergencial do Ministério da Educação é debater questões sensíveis, de repercussão nacional, cuja atuação, desde 2020, tem pautado o debate e definição de medidas de combate à disseminação do novo coronavírus em instituições de ensino, bem como gerenciar demais assuntos sensíveis à Covid-19 e seus reflexos na educação. Nesse sentido, inteirou que a matéria em pauta é de competência do Ministério da Saúde, mas que obviamente tem um impacto sobre as políticas educacionais, pela sua transversalidade. Assim, destacou que este Ministério da Educação, em atendimento ao solicitado pela Undime, objetiva, por meio do encontro, viabilizar o diálogo, de forma que as políticas educacionais possam fluir de maneira satisfatória, gerando o menor impacto possível às crianças e adolescentes. Na sequência, o Diretor João Barreto informou que, sobre a demanda do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) junto à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), que trata das dificuldades expostas acerca do retorno às aulas presenciais, em função das regras estabelecidas pela Instrução Normativa nº 90/2021. No que diz respeito ao encaminhamento no âmbito do Ministério da Educação, informou que o Ministério da Economia foi instado, no último dia 8 de março, a se manifestar sobre o pleito. Na sequência, foi passada a palavra para que o representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), pudesse elucidar acerca da demanda relativa ao processo de vacinação de crianças de 5 a 11 anos. Deste modo, o Vice-Presidente da Undime, senhor Marcelo Costa, ressaltou que a Undime está realizando a 7ª onda da pesquisa sobre educação no contexto de pandemia, cujo objetivo é buscar respostas acerca da conduta das redes municipais de educação, das dificuldades existentes do ponto de vista do retorno das aulas presenciais e da eficácia das medidas de segurança, no âmbito das escolas. Nesse ínterim, enfatizou que o processo de vacinação de crianças é um tema que necessita de uma articulação nacional. Para tanto, destacou que a perspectiva é buscar respostas, visando orientar os municípios filiados, assim como apoiar os comitês locais em suas deliberações acerca de temas sensíveis, sobretudo no que diz respeito à vacinação das crianças. No que concerne ao processo de vacinação de crianças, a senhora Caroline Valero, Diretora de Programa da SECOVID, fez uma breve apresentação introdutória sobre os números da campanha de vacinação adulta, assim como de crianças e adolescentes, no âmbito do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 – PNO, do Ministério da Saúde. Para complementação, passou a palavra para a senhora Ana Karolina Marinho, da SECOVID, no sentido de que pudesse discorrer de forma mais detalhada sobre os números apresentados. Iniciando sua apresentação, ao compartilhar a tela com os presentes, a senhora Ana Karolina destacou que, por meio da Nota Técnica nº 2/2022-SECOVID/GAB/SECOVID/MS, houve a recomendação de vacinação não obrigatória de crianças de 05 a 11 anos contra Covid-19 durante a Pandemia da Covid-19. Ademais, destacou o percentual de cobertura da imunização da Covid-19, de crianças de 5 a 11 anos, referente as doses distribuídas (1ª e 2ª dose) e aplicadas para esse público em todos os estados brasileiros. Findada a apresentação, o Senhor Dilermando Silva, Diretor de Programa da Secretaria-Executiva, questionou ao senhor Marcelo Costa, da Undime, se os esclarecimentos

prestados pela Secretaria Extraordinária de Enfrentamento à Covid-19 foram satisfatórios, considerando que a demanda é proveniente daquela associação. Com a palavra, o representante da Undime saudou a equipe do Ministério da Saúde pela apresentação. Para tanto, ressaltou que, compreendendo os casos de incidência para as crianças, sobretudo para os não vacinados, questionou se existe alguma campanha/ação para apoiar a vacinação de crianças, tendo em vista que o índice de vacinados ainda está baixo, conforme pontuou o Ministério da Saúde, assim como, se seria possível fazer uma articulação conjunta entre as entidades representativas e aquele Ministério, com vistas a apoiar os dirigentes municipais de educação nessa temática. O senhor Marcelo Costa ponderou, ainda, que alguns municípios estão com dificuldades no trabalho de convencimento dos pais e responsáveis para que haja a vacinação das crianças. Sobre a questão apresentada pela Undime, a Diretora de Programa Caroline Valero informou que a Assessoria de Comunicação do Ministério da Saúde trabalha com campanhas relacionadas a cada faixa etária e, sobretudo, considerando o baixo índice de vacinação infantil, aquela Pasta está trabalhando efetivamente com vistas a alcançar esse público. Para tanto, sobre a sugestão posta pela Undime, ressaltou ser viável essa articulação com o Ministério da Saúde, por meio da Assessoria de Comunicação (ASCOM), para a realização de uma campanha junto aos municípios. Passada a palavra ao Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS, o senhor Fernando Avendanho manifestou que o tema imunização infantil é de extrema relevância. Nesse sentido, ressaltou que, após o governo federal anunciar a inclusão de crianças de 5 a 11 anos no plano de operacionalização de vacinação contra a covid-19, houve várias divergências técnicas entre especialistas sobre o assunto, causando aos pais ou responsáveis a incerteza por não considerar a vacinação segura ou eficaz, gerando, assim, um impacto negativo na adesão para a vacinação de crianças. Ressaltou que, no âmbito do CONASS, foram feitas várias solicitações ao Ministério da Saúde para que haja uma campanha de conscientização no que tange ao tema de vacinação de crianças nesta faixa etária. Sobre a fala do senhor Fernando Avendanho, a Diretora de Programa Caroline Valero ressaltou que a ASCOM do Ministério da Saúde tem produzido muito material no sentido de incrementar as campanhas, visando promover a conscientização da população, baseado nas discussões que ocorrem na Comissão Intergestores Tripartite (CITE), que é composta pelo Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems). Assim, pontuou que, caso a Undime entenda que, de fato, existam ações que poderiam ser aprimoradas no âmbito da atuação da ASCOM do Ministério da Saúde, para este público-alvo específico, que estas possam ser encaminhadas para apreciação daquela Pasta. Em suplementação, o Diretor Dilermando Silva pontuou que, do seu ponto de vista, as pautas relacionadas à saúde devem ser capitaneadas pelo Ministério da Saúde. No entanto, considerando que os governos estaduais e municipais também têm competência para estabelecer medidas na área da Saúde, conforme ratificado pelo STF, sugeriu, caso seja pertinente, que os estados e municípios, por intermédio do CONASS e CONASEMS, também realizassem campanhas de esclarecimento dentro da linha de diretrizes do Ministério da Saúde, principalmente no âmbito dos estados, onde é possível constatar baixa adesão à campanha de vacinação infantil. Sobre essa questão, o senhor Fernando Avendanho afirmou que, no âmbito dos estados, as campanhas locais estão sendo realizadas. Na sequência, a senhora Ana Karolina Marinho acrescentou que, por meio das reuniões tripartites, todos vêm atuando de maneira a alinhar essa comunicação de forma mais efetiva possível. Como uma medida adicional, destacou que foi instituído no ano passado, conversas semanais com os coordenadores estaduais de imunizações, buscando melhorar o diálogo, a fim de evitar ruídos

e trabalhar de maneira técnica, independentemente das dificuldades existentes, com vistas a propor ações de implementação de políticas de saúde. Ademais, destacou a existência da Câmara Técnica de Assessoramento em Imunização da Covid-19 - CTAI, criada com o objetivo de avaliar os aspectos técnicos e científicos necessários à adoção de medidas para o enfrentamento à Covid-19. Ressaltou que as reuniões da Câmara acontecem semanalmente, ao tempo em que informou que a Câmara Técnica está à disposição para uma eventual participação do MEC quando existir a necessidade de uma interação com outra área. Em complementação, a representante da CONASEMS, senhora Marcela Alvarenga, informou que aquela associação está à disposição para construir um plano de trabalho, caso seja necessário, de forma a verificar a melhor maneira de alcançar os municípios. Ressaltou, ainda, que há mais de um ano os municípios estão organizados para o processo de vacinação, assim como as unidades de saúde estão estruturadas, com postos de saúde volantes e itinerantes. Em tempo, acrescentou que a desinformação é um dos grandes problemas que precisa ser trabalhado, de forma a amenizar a insegurança dos pais e o medo das crianças. Nesse sentido, ressaltou a necessidade de focar nas campanhas orientativas e de divulgação dos resultados positivos em decorrência da vacinação das crianças. Dando seguimento à reunião, o Diretor João Barreto questionou o senhor Marcelo Costa se, por parte da Undime, havia alguma manifestação adicional. Com a palavra, o Vice-Presidente da Undime pontuou que permanece o pedido de uma articulação nacional, bem como a possibilidade de um trabalho conjunto, no sentido de apoiar a disseminação da cultura de vacinação. Para fins de encaminhamento, por se tratar de uma pauta de competência do Ministério da Saúde, o Diretor João Barreto passou a palavra para que a senhora Caroline Valero pudesse se manifestar, considerando os pontos abordados pela Undime. Dessa forma, a Diretora Caroline sugeriu que houvesse uma conversa inicial com a Assessoria de Comunicação do Ministério da Saúde, de forma a apresentar as expectativas pautadas pela Undime, com vistas implementar e prover meios necessários para incentivar a vacinação. Concernente aos encaminhamentos propostos, o representante do CONASS, senhor Fernando Avendanho, propôs que a próxima reunião do COE aconteça com a participação também das Assessorias de Comunicação deste Ministério da Educação e dos demais órgãos que estão presente nesta reunião, tendo em vista que o assunto é a conscientização de todos sobre a importância da vacinação. Acrescentou, ainda, como encaminhamento, que as discussões não se restringissem apenas ao processo de vacinação contra a Covid-19, mas também às demais vacinas que integram o calendário vacinal brasileiro, uma vez que a estratégia é importante para elevar as coberturas vacinais, que veem em queda nos últimos anos, situação que a pandemia acentuou. Além disso, o senhor Marcelo Costa, da Undime, sugeriu como item de pauta para discussão na próxima reunião, questionar ao Ministério da Saúde se há algum planejamento para ações do Programa Saúde na Escola (PSE) a serem desenvolvidas neste ano para o combate a pandemia, a exemplo do ano anterior. Dando seguimento, o Diretor Dilermando Silva enfatizou a importância do tema abordado pelo representante do CONASS, principalmente em relação à imunização das crianças ao tempo em que agradeceu a participação dos representantes da área de saúde na reunião do COE, bem como a parceria na viabilização da testagem rápida para Covid-19, para servidores/colaboradores do MEC e do INEP. Findadas as explanações, não havendo nada mais a tratar, o Diretor João Barreto, agradeceu a participação dos presentes, em especial dos representantes do Ministério da Saúde, o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), ao tempo em que ressaltou a importância de ampliar essa discussão, contando sempre com a intervenção qualificada dos representantes

da área da saúde, sendo encerrada a reunião. Eu, Joana D' arc Marins de Almeida, servidora lotada na Secretaria-Executiva do Ministério da Educação, lavrei a presente ata.